

# **DESIGUALDADE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL: MEDIÇÃO E INTERPRETAÇÃO A PARTIR DAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

EDUARDO GRIN

CAMILO VIAL COSSANI

ADRIÁN RODRIGUEZ MIRANDA

FERNANDO BURGOS

## **INTRODUÇÃO**

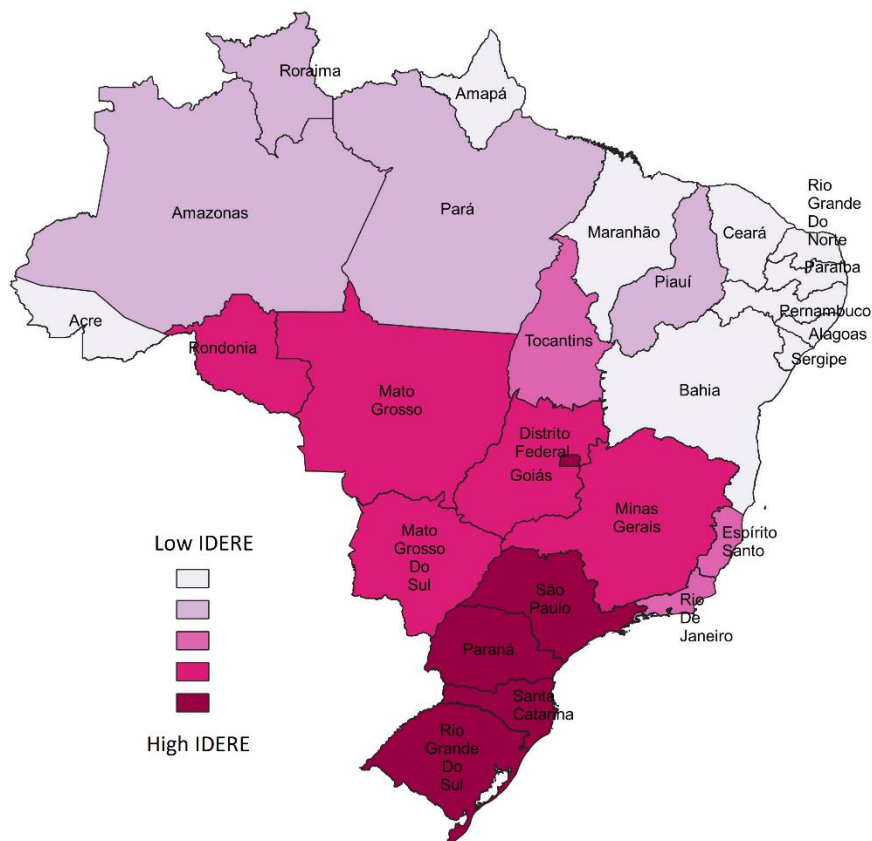
O Brasil é um país de superlativos. Analisar o desenvolvimento regional não é tarefa fácil para um país de dimensão continental, heterogêneo e profundamente desigual em termos de desenvolvimento humano. O país ocupa 47,3% do total da América do Sul, é a maior economia da América Latina e foi décima terceira economia do mundo em 2022. Sendo uma democracia federal, sua divisão político-administrativa compreende 27 estados. Portanto, o desenvolvimento regional não é uma questão fácil de abordar em um país tão grande e heterogêneo. Desde o século passado se coloca o problema da grande desigualdade regional no Brasil, a ponto de se falar em dois Brasis divididos por uma profunda heterogeneidade e desigualdade que separa as regiões mais modernas do Sul e Sudeste das partes mais atrasadas do Norte e Nordeste.

A metáfora utilizada na década de 1970 segue esse caminho ao retratar o país por meio da metáfora de “Belíndia”. As regiões mais ricas do Sul e Sudeste têm padrão de vida semelhante ao da Bélgica, enquanto os territórios mais pobres do Norte e Nordeste estariam mais próximos da realidade da Índia. De uma forma ou de outra, tentar captar sinteticamente a realidade do desenvolvimento regional no Brasil mostra continuamente

aquela divisão que, por diversas razões históricas, continua sendo uma característica intrínseca e estrutural do desenvolvimento nacional. Portanto, localizar essa questão para o caso brasileiro requer um olhar mais atento para cada território, uma vez que a desigualdade e a heterogeneidade são relevantes nas cinco regiões e nos 27 estados da federação brasileira (GRIN *et al.*, 2021).

O PIB das duas regiões (Sudeste com 55% e Sul com 16%) mostra a concentração e o poder econômico que desequilibram o processo de desenvolvimento. Apenas São Paulo e Rio de Janeiro concentram quase 43% do PIB nacional. Mais recentemente, esse eixo começou a se mover em direção à região Centro-Oeste, que é a principal área de desenvolvimento do agronegócio no país e representa 9,4% do PIB nacional. É claro que esse poder econômico produz efeitos nos níveis de outras dimensões do desenvolvimento, como social, institucional e ambiental. O Mapa 1 mostra essa realidade de forma bem clara.

**Mapa 1:** Estados classificados do mais baixo ao mais alto nível de desenvolvimento (baseado nos valores do IDERE Latam)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de RODRÍGUEZ MIRANDA; VIAL COSSANI, 2021.

Para entender esse contexto de desigualdade territorial é preciso analisar o desenvolvimento regional considerando-o como um processo multidimensional. Nesse sentido, o capítulo destaca duas dimensões que são componentes fundamentais do desenvolvimento humano, para além da geração de riqueza material por meio da atividade econômica, e que têm a ver com a possibilidade de construir caminhos sustentáveis de desenvolvimento: educação e bem-estar e coesão social. Conforme mostram Rodríguez Miranda; Vial Cossani (2021), a educação e o bem-estar social estão correlacionados com o desempenho econômico e com o desempenho global em termos das oito dimensões consideradas pelo IDERE Latam: Educação, Saúde, Bem-estar e Coesão, Atividade Económica, Instituições, Género, Segurança e Ambiente.

O histórico de trabalho da construção do Índice de Desenvolvimento Regional está relacionado a duas iniciativas: para o Chile (2016, 2017, 2019) e para o Chile e o Uruguai (2018). No caso do IDERE Latam, é uma proposta para a América Latina, liderada pelo Instituto Chileno de Estudos Municipais (ICHEM) da Universidade Autônoma do Chile, o Instituto de Economia (IECON) da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade da República (Uruguai). O IDERE foi implementado em mais seis países por meio das seguintes instituições acadêmicas: Universidade dos Andes (Colômbia), Fundação Getúlio Vargas (Brasil), Universidade de Guadalajara (México), Universidade Tecnológica Nacional Faculdade Regional de Buenos Aires (Argentina), Centro de Análise e Difusão da Economia Paraguaia (Paraguai) e Fundação Salvadorenha para o Desenvolvimento Econômico e Social (El Salvador).

O IDERE permite identificar, no caso do Brasil, que ainda existem fortes condições de persistência de desigualdades em termos de desenvolvimento econômico, definindo um sul “desenvolvido” e um norte “subdesenvolvido”. Por isso, é interessante começar a analisar com maior profundidade os diferentes fatores extraeconômicos que podem estar por trás desse fenômeno nos territórios.

Sem dúvida, outros aspectos poderiam ser abordados, mas neste trabalho se concentrará na educação como expressão da formação de capacidades regionais para o desenvolvimento (em sentido amplo), e no bem-estar e coesão social como expressão da possibilidade de construir sociedades capazes de sustentar estratégias de desenvolvimento regional. Isso se baseia em uma concepção de desenvolvimento territorial que busca conciliar crescimento econômico com equidade e sustentabilidade, colocando o território

como espaço privilegiado para a construção de estratégias de desenvolvimento inclusivo (CEPAL, 2017, 2019). Em outras palavras, o desenvolvimento regional no longo prazo não será determinado apenas pela capacidade produtiva de um território. Tão importante quanto isso é a capacidade de promover a construção social do território, por meio da criação de redes, instituições e capital social (ALBUQUERQUE, 2015).

Segundo Boisier (1993), a participação e mobilização local são fatores fundamentais para gerar condições que permitam que os territórios passem de objetos a sujeitos de desenvolvimento. Com efeito, o desenvolvimento territorial implica processos de ação transformadora impulsionados pela práxis regional, mas que respondem a princípios e valores que orientam as ações (PIKE *et al.* 2011). Portanto, se uma região não conseguir construir capacidades individuais (desenvolvimento de seu povo) e coletivas (desenvolvimento social) adequadas, dificilmente ela conseguirá trilhar um caminho de desenvolvimento econômico sustentado e ficará atrasada no longo prazo em termos relativos.

Por essas razões, neste capítulo, a questão-chave é: como entender o desenvolvimento e a desigualdade territorial sob uma lógica multidimensional? Para responder a essa questão, o trabalho analisa o caso brasileiro. O país é historicamente caracterizado por profundas desigualdades regionais em relação às capacidades individuais e coletivas de desenvolvimento. Neste trabalho, as dimensões educação e bem-estar e coesão social foram escolhidas para analisar a diferença marcante entre os estados do norte e nordeste do Brasil e os do sul e sudeste. Para tal, utilizaremos as informações do IDERE, em particular as vinculadas às duas dimensões mencionadas.

A seguir, o capítulo apresenta o quadro conceitual e metodológico em que o IDERE e suas dimensões são apresentados, explicando como é construído, suas vantagens e limitações. Ao mesmo tempo, discute-se a importância da educação e do desenvolvimento humano no sentido de ampliar as capacidades das pessoas (SEN, 1999), bem como a necessidade de considerar o desenvolvimento econômico como um processo de construção social. A esse respeito, alguns autores apontam que o desenvolvimento econômico territorial é uma síntese de "[...] inovações e conhecimentos, densidade do tecido institucional – nos termos de Vázquez Barquero –, ou a canalização das forças sociais, como costumava assinalar Celso Furtado" (ALBUQUERQUE *et al.*, 2008, p. 12).

Segue-se uma seção de resultados onde as desigualdades regionais no Brasil são analisadas em termos de educação e bem-estar e coesão social, com ênfase na explicação das diferenças entre as regiões sul e sudeste do país em comparação com as regiões norte

e nordeste. Será realizada uma análise descritiva e analítica com base nos indicadores do IDERE, juntamente com uma revisão bibliográfica e documental que permitam delinear explicações sobre as causas últimas dessas diferenças regionais. Finalmente, a conclusão reflete sobre as principais questões abordadas e discute as implicações em termos de agenda de pesquisa e possíveis recomendações de políticas.

## **ESTRUTURA CONCEITUAL E METODOLÓGICA**

As teorias tradicionais de desenvolvimento focavam o estudo das interações e comparações entre países, com uma análise no nível do estado-nação (SO, 1991). No entanto, desde o final da década de 1980, a produção acadêmica sobre desenvolvimento nos Estados Unidos e na Europa passou a incorporar cada vez mais o estudo da dinâmica territorial do desenvolvimento (BENKO; LIPIETZ, 1994). Nesse contexto, as questões territoriais receberam maior atenção nos modelos teóricos de desenvolvimento. Recuperou-se o papel central dos fatores não econômicos nos processos de desenvolvimento, com a conseqüente necessidade de considerar o ambiente social e os fatores históricos, culturais e institucionais. Surgiram então as teorias do desenvolvimento local endógeno, promovendo a conceptualização do desenvolvimento como um processo orientado para a mudança que procura satisfazer as necessidades e exigências de uma população local através da participação comunitária (VÁZQUEZ BARQUERO, 1999). Dentro desta visão, como estabelece Vázquez Barquero (2005), não se espera que as diferentes regiões sigam padrões de desenvolvimento semelhantes, mas que cada território tenha o seu próprio caminho de desenvolvimento para construir e percorrer.

Enquanto o crescimento econômico em uma determinada região costuma ser em grande parte determinado por decisões exógenas, mesmo quando a região tem capacidade para uma atitude proativa, (BOISIER, 2007) argumenta o contrário. Para este autor, o desenvolvimento é um processo endógeno que toma forma a partir de fatores sociais, regionais, e características culturais como expressão da capacidade de uma comunidade gerar uma linguagem abstrata e simbólica. Portanto, Boisier (2007), sugere que qualquer análise do desenvolvimento deve considerar a natureza inerentemente subjetiva do conceito. O desenvolvimento deve ser entendido como uma dimensão vital da vida pessoal e relacional nos níveis social, político, econômico e cultural, os quais variam amplamente entre países e regiões (HAYNES, 2010).

Essa concepção vê o desenvolvimento como produto de um processo intangível de construção social (ALBURQUERQUE, 2015). A noção de bens intangíveis e a interação entre os atores do território para pactuar, promover e sustentar uma estratégia de desenvolvimento local sempre estiveram presentes na interpretação endógena do desenvolvimento territorial (BECATTINI, 2006; ALBURQUERQUE, 2015). Mais recentemente, Camagni e Capello (2013) analisaram quais são esses ativos ou capitais fundamentais para o desenvolvimento regional na Europa, destacando os aspectos que se referem a alianças estratégicas entre atores, cooperação público-privada, redes de conhecimento e a governança dos recursos do território. No entanto, essas contribuições mantêm a ideia inicial de que não há receitas para o desenvolvimento. Ao contrário, os territórios possuem diferentes estoques de recursos (tangíveis e intangíveis) a partir dos quais – e de acordo com as capacidades locais—, os atores (públicos e privados) devem buscar a estratégia ótima que permita realizar o potencial de desenvolvimento daquela região (NIJKAMP, 2016). Precisamente, os pilares para uma estratégia de desenvolvimento local bem-sucedida em um mundo globalizado referem-se às capacidades territoriais de mudança institucional, acordo entre atores locais, redes, inovação e resiliência (VÁZQUEZ BARQUERO; RODRÍGUEZ COHARD, 2019).

Este quadro conceitual permite antecipar que não é possível captar em medidas sintéticas e sujeitas à limitada disponibilidade de informação, a complexidade do processo de desenvolvimento territorial. Assim, nota-se que qualquer medida que aproxime capacidades ou condições de desenvolvimento deve ser interpretada no contexto de outras informações, estudos e análises que aludam à especificidade de cada território. Com efeito, a diversidade de percursos de desenvolvimento é inerente ao conceito de desenvolvimento local, o que se traduz claramente em diversos casos de estudo que abordam experiências muito diversas. Por exemplo, territórios emblemáticos como o distrito italiano de Prato (BECATTINI, 2001), experiências em áreas periféricas da América Latina como Villa El Salvador no Peru (CEPAL, 2001) ou em regiões com tradição de desenvolvimento endógeno como Rafaela na Argentina (COSTAMAGNA, 2015), ou os casos de empreendimentos ligados à tecnologia de ponta como o Vale do Silício (SAXENIAN, 1994).

Por sua vez, o atual contexto de globalização e os novos desafios para o desenvolvimento, incluindo o COVID-19, exigem que os territórios sejam cada vez mais inovadores e criativos nas suas respostas e estratégias, resultando fundamental, a par das políticas públicas, as capacidades individuais e coletivas dos atores locais em cada

território (VÁZQUEZ BARQUERO; RODRÍGUEZ COHARD, 2020). Dentro da diversidade de caminhos que a abordagem territorial admite, o caráter endógeno do desenvolvimento é um fator comum entre os diferentes autores.

Conseqüentemente, considerando esta âncora territorial, este trabalho adota uma noção de desenvolvimento intimamente ligada à abordagem das capacidades humanas introduzida por Sen (1985, 1999) e desenvolvida por outros autores, como Martha Nussbaum (2000, 2006). Aqui, o desenvolvimento é entendido como a expansão das capacidades humanas, ou seja, uma expansão das oportunidades que as pessoas devem exercer sua livre escolha para alcançar seus objetivos em uma variedade de áreas que consideram vitais para suas vidas (SEN, 1999). Sen reluta em oferecer uma lista exaustiva e inequívoca de capacidades básicas, pois considera que a elaboração de tal lista deve ser realizada por cada comunidade e de acordo com os propósitos que ela considera valiosos. No entanto, existem capacidades básicas que devem ser asseguradas a cada pessoa. Por exemplo, para Nussbaum (2003), são eles: vida, saúde corporal (saúde, alimentação e moradia), integridade corporal (liberdade de movimentos e segurança), sentidos, imaginação e pensamento (uma educação que permita o desenvolvimento dessas capacidades e liberdade de expressar opiniões, gostos e crenças), emoções, razão prática (ser capaz de formular uma concepção do bem e um projeto de vida), filiação (capacidade de ter relações sociais e não ser discriminado), outras espécies (respeitar os outros), brincar (ser capaz de brincar e rir) e controlar o meio ambiente (participação política, direitos de propriedade e trabalho).

Ao adotar uma abordagem de capacidades humanas, é aconselhável dar atenção especial a quais dimensões devem ser consideradas críticas para entender o desenvolvimento de acordo com os países e regiões do mundo em que essa medição será feita. Para entender a heterogeneidade do desenvolvimento na América Latina, bem como verificar as lacunas e identificar os principais fatores que impulsionam ou retardam o desenvolvimento, foi criado o IDERE LATAM (RODRÍGUEZ-MIRANDA; VIAL; PARRAO, 2021).

Seguindo a influência do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDERE LATAM é um índice composto que mede o desenvolvimento no nível territorial a partir de uma perspectiva multidimensional, por meio de uma medida geométrica de índices normalizados entre 0 (expressa o desenvolvimento mínimo) e 1 (expressa o desenvolvimento máximo possível de ser alcançado.) Visa proporcionar uma visão

simples que permita interpretar as trajetórias e assimetrias de oito dimensões consideradas críticas no desenvolvimento das pessoas, agrupadas de acordo com as regiões onde vivem, verificando as desigualdades territoriais e as lacunas existentes. O IDERE LATAM toma como base inicial as abordagens teóricas e metodológicas do IDERE Chile (VIAL COSSANI, 2016; 2017; 2019) e IDERE Chile-Uruguai (RODRÍGUEZ MIRANDA; VIAL COSSANI, 2018), de modo que o resultado final dá conta de um processo de análise cumulativa e reflexão. Baseia o seu conceito de desenvolvimento na abordagem das capacidades humanas e, por sua vez, assume a visão do desenvolvimento territorial (VÁZQUEZ BARQUERO, 2005; BOISIER, 2007; ALBURQUERQUE, 2015). Nesse sentido, considera o território como o espaço em que os diferentes atores se concretizam nas ações os debates e visões sobre o que se entende por desenvolvimento (AROCENA; MARSIGLIA, 2018).

Este índice é calculado para oito países: Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México, El Salvador, Paraguai e Uruguai. Entre eles, agrupam-se mais de 470 milhões de habitantes, representando 82% da população latino-americana. As unidades de análise selecionadas para cada país são o segundo nível em suas respectivas divisões político-administrativas, ou seja, aquele que está em uma escala intermediária (regional) entre o nacional (país) e o local (municipal). Essas unidades respondem a governos subnacionais de segundo nível, que devem ser dotados de autonomia para exercer as responsabilidades, recursos ou autoridade transferidos do centro, como Falleti (2005) ou Rodden (2004) os compreendem em suas definições de descentralização. Assim, no Brasil os estados são adotados como unidade de análise.

A construção metodológica do IDERE LATAM é detalhada em Rodríguez Miranda, Vial Cossani e Parrao (2021). Três de suas principais etapas são resumidamente descritas a seguir:

- Identificação e ponderação de dimensões: como resultado de consultas com especialistas, em diferentes momentos e com diferentes metodologias: a) consulta 2015 com 62 especialistas sobre a realidade territorial do Chile, por meio de uma pesquisa digital em duas instâncias; b) workshop 2017 com 15 especialistas em desenvolvimento no Uruguai, aplicando metodologia Delphi modificada; c) pesquisa digital em 2017 com pesquisadores da Rede Ibero-Americana de Estudos para o Desenvolvimento, da qual participaram 210 especialistas argentinos de diferentes partes da América Latina). Este survey gerou as bases para a definição



de oito dimensões com seus respectivos pesos: Educação (14%), Saúde (14%), Bem-estar e Coesão (14%), Atividade Económica (14%), Instituições (10%), Segurança (10%), Ambiente (10%) e Género (10%) .

- Seleção de indicadores: realizada com base na análise da informação disponível em cada país e na reflexão conceitual e prática sobre a relevância de cada um no contexto latino-americano e dos países analisados. Este processo foi baseado em 9 critérios de seleção que incluem aspectos como confiabilidade da informação, disponibilidade, periodicidade, dados que refletem resultados e coerência estatística.
- Normalização: tomaram-se os valores de cada variável entre 0 e 1 é o método min-max, com a seguinte ordem de prioridade para identificar valores máximos e mínimos em cada variável: a) padrões teóricos ou normativos; b) padrões mundiais de melhor desempenho (no período 2006-2017) para assimilar a referência de desenvolvimento máximo aos mais altos níveis de desempenho do mundo; c) padrão latino-americano, tomando como referência (no período 2006-2017) os melhores valores registrados para as variáveis em nosso continente, relatados em relatórios de organismos internacionais; d) valores observados (mínimo e máximo) da própria amostra de dados do IDERE LATAM, ajustando em -25% para os limites mínimos e aumentando em +25% para o máximo (para evitar que as unidades estudadas tomem valores extremos de 0 e 1).

Em suma, alcançou-se a configuração de dimensões e variáveis apresentada na Figura 1. Especificamente, esta investigação centra-se em duas dimensões: analfabetismo e bem-estar e coesão. A primeira contém quatro variáveis (analfabetismo, estudos superiores, matrículas no ensino inicial e anos de escolaridade) e é concebida como "a capacidade dos habitantes de uma região de aceder a um ensino de qualidade que promova o conhecimento, a cultura e alargue o leque de oportunidades de vida adulta" (RODRÍGUEZ MIRANDA; VIAL COSSANI; PARRAO, 2021, p. 10).

Já o Bem-estar e Coesão é constituído por 5 variáveis (pobreza, trabalho informal, coeficiente de Gini, ligação à Internet e rendimento do agregado familiar por pessoa), entendido como "uma dimensão integrante de vários indicadores de qualidade de vida e equidade social. Pelas profundas desigualdades que caracterizam o contexto latino-

americano, é uma dimensão de particular relevância para o desenvolvimento regional” (RODRÍGUEZ-MIRANDA; VIAL; PARRAO, 2021; p. 10).

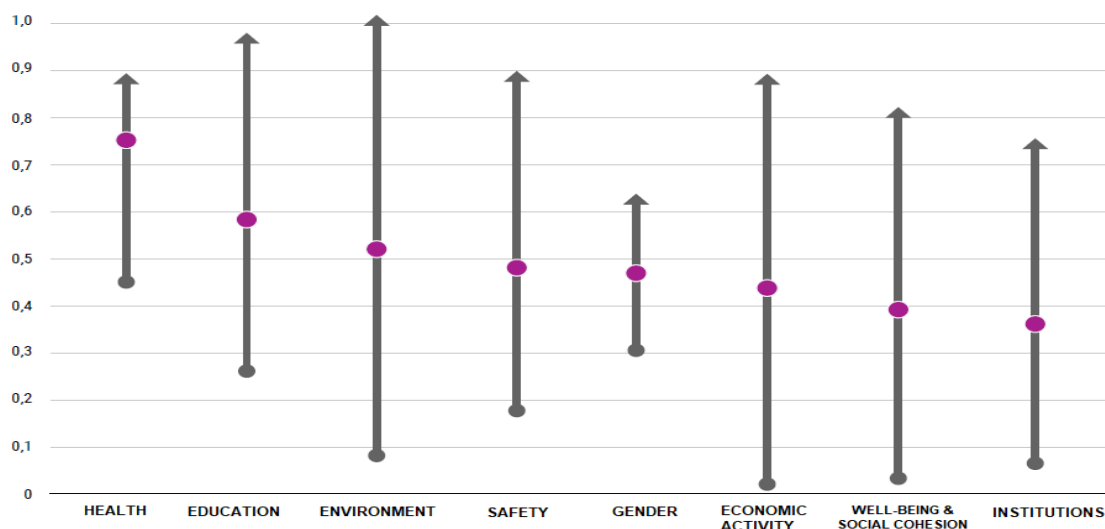
**Figura 1: IDERE LATAM com suas dimensões e variáveis**

							
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>SAÚDE</b>	<b>BEM-ESTAR E COESÃO SOCIAL</b>	<b>ATIVIDADE ECONÔMICA</b>	<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>SEGURANÇA</b>	<b>MEIO-AMBIENTE</b>
População alfabetizada Educação superior Educação infantil Anos de educação	Mortalidade infantil Suicídios Expectativa de vida	Pobreza Informalidade Distribuição de renda Acesso a internet Renda familiar	Desemprego PIB per capita Tamanho de mercado	Receita própria dos governos subnacionais Comparecimento eleitoral Índice de percepção da corrupção	Taxa de emprego feminino Índice de desenvolvimento de gênero	Homicídios Índice Global de Paz	Energias renováveis Áreas protegidas Recursos naturais valiosos

Fonte: RODRÍGUEZ MIRANDA; VIAL; PARRAO, 2021, p.16.

As dimensões Educação e Bem-estar e Coesão apresentaram desempenho diferenciado dos países analisados na América Latina, cada um com suas peculiaridades. Uma reflexão introdutória pode ser derivada dos Gráficos 1 e 2, como uma primeira aproximação à seleção de ambas as dimensões para a análise da experiência brasileira. O Gráfico 1 mostra os resultados por dimensão, colocando na extremidade superior de cada uma a região com o maior desenvolvimento, no extremo oposto aquelas com pior desempenho e no centro a média do desenvolvimento subcontinental. O Gráfico 2 mostra para cada dimensão o desvio padrão como medida das lacunas que separam as regiões dentro de cada dimensão.

**Gráfico 1: Performance regional comparada entre as dimensões do IDERE LATAM: médias, máximas e mínimas por dimensão**

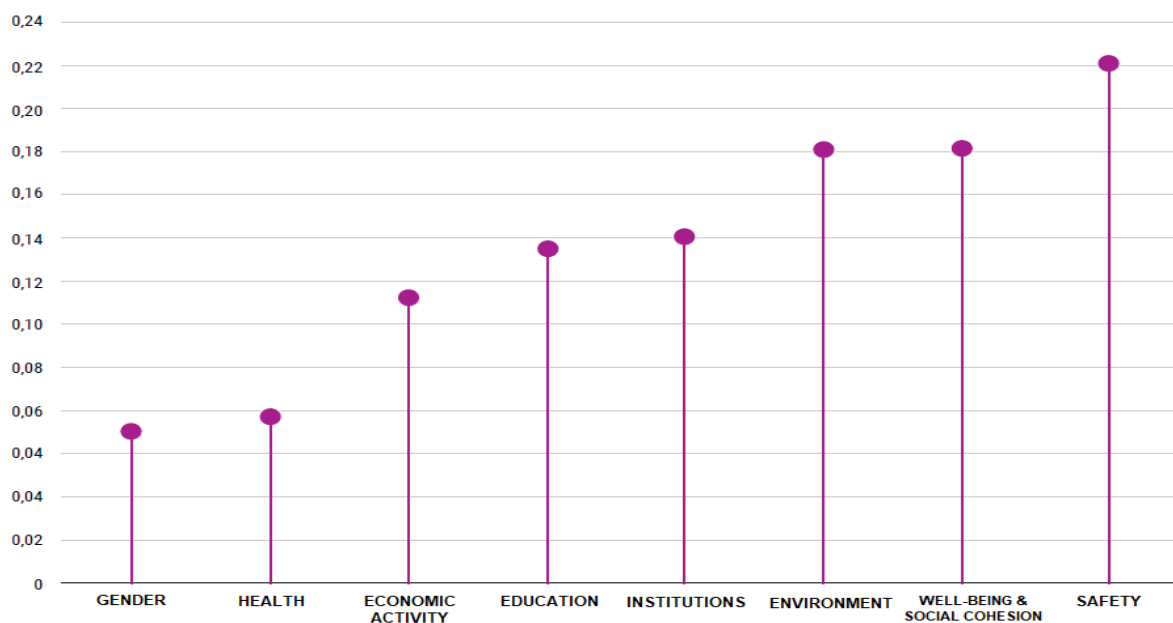


Fonte: RODRÍGUEZ MIRANDA; VIAL COSSANI; PARRAO, 2021, p.37.

Bem-estar e Coesão (juntamente com Instituições) são as duas dimensões que apresentam o menor desempenho em toda a América Latina. Embora expresse uma enorme dispersão, sendo a segunda dimensão com as maiores lacunas continentais, os dados mostram que as desigualdades são estruturais em todas as dimensões medidas. No entanto, a combinação de resultados e a sua alta dispersão apontam para as grandes dificuldades enfrentadas pela maioria dos territórios da América Latina em relação aos processos de exclusão social e desigualdades socioeconômicas marcantes.

As desigualdades entre países e entre regiões exigem fortemente uma abordagem territorial das agendas de desenvolvimento e a construção de caminhos próprios de desenvolvimento endógeno e humano para os territórios. A altíssima heterogeneidade também se evidencia em várias das outras dimensões analisadas. Contudo, a notícia neste caso talvez seja mais dramática, não só pela sua profundidade, mas porque fragiliza diretamente a capacidade de construir sociedades com o mínimo de coesão. Aqui reside uma das âncoras mais pesadas que limitam severamente o potencial de alcançar um desenvolvimento sustentável do continente, mesmo nos períodos mais favoráveis de boom econômico como o que se viveu não muito tempo atrás.

Já a dimensão Educação apresenta desempenho geralmente alto: mais de 70% das regiões têm nível médio-alto ou superior, enquanto apenas quatro territórios estão na faixa baixa. Isso porque o tipo de variáveis que compõem a dimensão está associado à cobertura. A América Latina vem fazendo grandes esforços há décadas para universalizar a educação primária, em uma primeira etapa, seguida de esforços nos níveis secundário e superior, além dos recentes impulsos de tornar obrigatória a educação pré-escolar. No entanto, atualmente os grandes desafios da região se concentram na melhoria da qualidade da educação, pois existem profundas lacunas nos sistemas educacionais da América Latina. Este aspecto não está incorporado na versão atual do índice devido à falta de um indicador que meça a qualidade da educação de forma diferenciada e comparável para todas as regiões do subcontinente.

**Gráfico 2:** Desigualdade regional medida como desvio padrão do IDERE LATAM (por dimensão)

Fonte: RODRÍGUEZ MIRANDA; VIAL COSSANI; PARRAO, 2021, p.38.

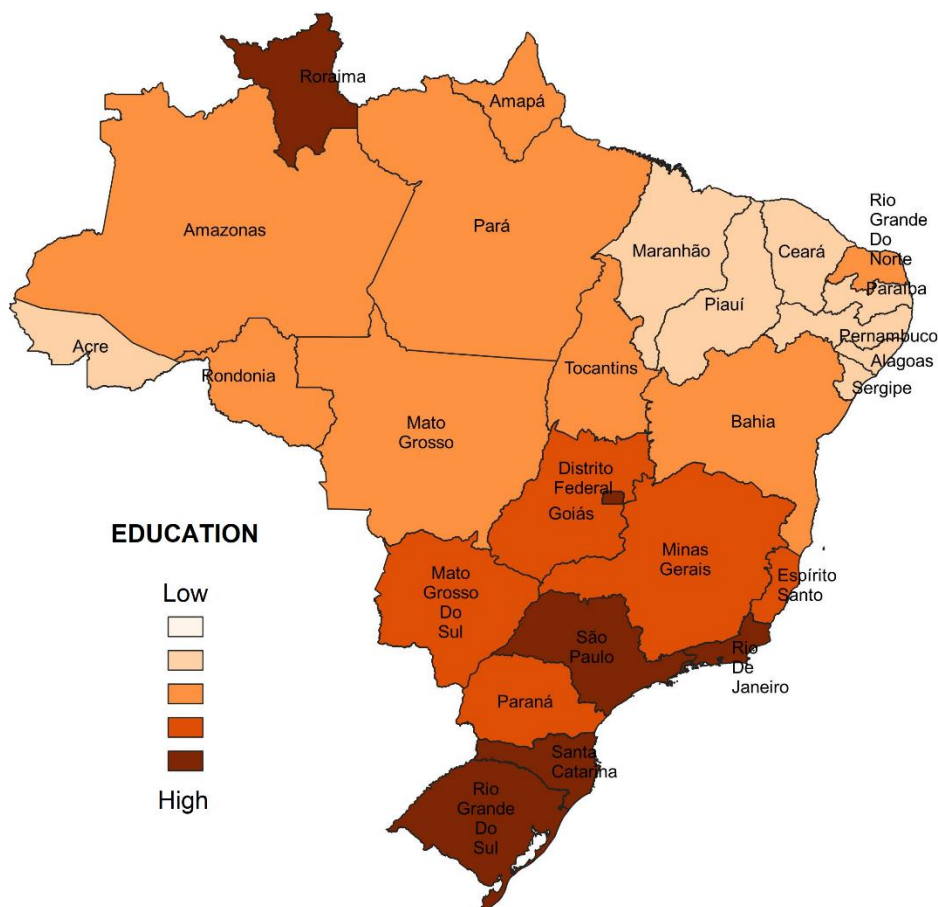
### **ANALISANDO O CONTEXTO BRASILEIRO: A MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR E COESÃO SOCIAL**

Nas páginas seguintes é feita uma breve análise destas duas dimensões do IDERE. Os resultados regionais de cada uma das dimensões do IDERE estão em ordem decrescente. Em termos gerais, ambas as dimensões apresentam grandes diferenças conforme a região. Em outras palavras, essas dimensões mostram desigualdades e brechas inter-regionais significativas, bem como disparidades territoriais.

#### *IDERE Latam em Educação*

Essa dimensão apresenta indicadores que não são homogêneos, como é o caso dos alfabetizados. Enquanto no estado do Distrito Federal (1º) o índice chega a 0,941, em Alagoas (27º) não passa de 0,56. O grupo mais desenvolvido – com alta de 0,9 – é formado também por São Paulo (2º), Rio de Janeiro (3º), Santa Catarina (4º) e Rio Grande do Sul (5º). No grupo intermediário, esses estados variam de 0,70 a 0,89 e são formados por 13 estados das cinco regiões, mas seis são da região Norte. O grupo mais baixo, que não chegou a 0,70, é formado por novos estados e todos são nordestinos. O estado brasileiro melhor classificado no IDERE Latam é o Distrito Federal e está na posição 42 das 183 unidades analisadas nos oito países. Ainda assim, está cinco pontos percentuais abaixo da província de Buenos Aires que ocupa a primeira posição.

**Mapa 2:** Dimensão de Educação por nível de desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de [www.iderelatam.com](http://www.iderelatam.com)

Nota: classificação em níveis de desenvolvimento de acordo com o método estatístico de natural breaks.

Considerando o contexto nacional para a dimensão educação (classificando os estados em grupos segundo a técnica de *natural breaks*<sup>1</sup>), dos 27 estados, apenas dez são classificados como alto ou médio alto no desempenho dessa dimensão: a) Região Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais; b) Região Sul: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná; c) Região Centro-Oeste: Distrito Federal e Mato Grosso do Sul; d) Região Norte: Roraima (região Norte). Como pode ser visto, todos os estados do Sul e Sudeste estão entre os mais bem classificados. Entre os primeiros lugares não há nenhum estado da região Noroeste, e apenas um da região Norte, mas mesmo assim esses estados são classificados como médios ou baixos segundo o IDERE Latam. A desigualdade regional é muito significativa, como pode ser visto no Quadro 1 e no Mapa 2, que praticamente mostra “dois Brasis”.

<sup>1</sup> O natural breaks é uma ferramenta que agrupa dados em grupos semelhantes buscando reduzir sua variação interna enquanto tenta mostrar a variação entre os diferentes grupos.

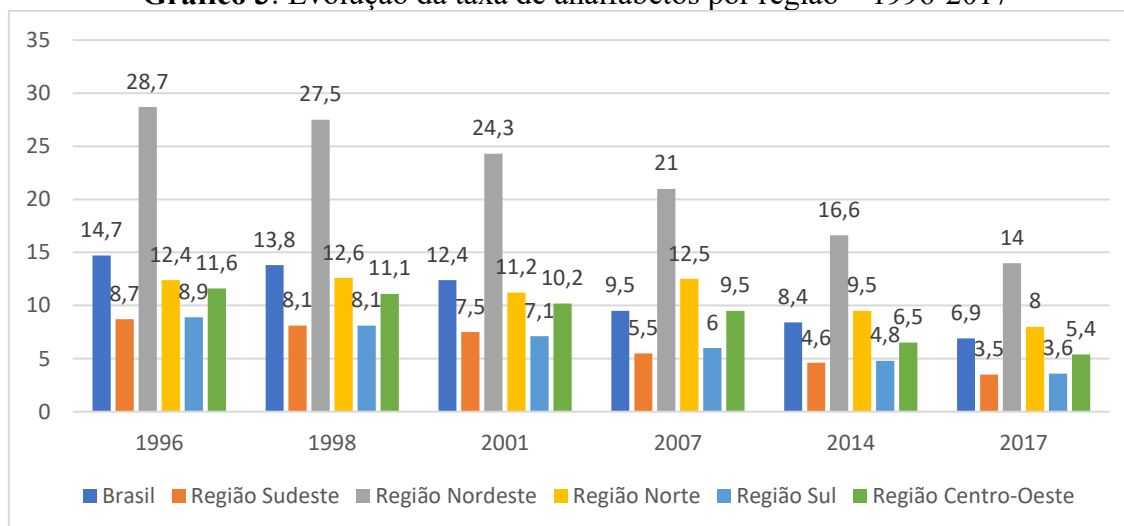
**Quadro 1:** Regiões do Brasil conforme seu desenvolvimento relativo no contexto nacional e suas posições no ranking do IDERE Latam Educação

Nível de desenvolvimento no contexto nacional	Posição no ranking LATAM (max. – min.)
<b>Alto desenvolvimento</b>	
Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina y Grande do Sul	41-80
<b>Médio-alto desenvolvimento</b>	
Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais y Goiás	81-101
<b>Médio desenvolvimento</b>	
Mato Grosso, Amapá, Amazonas, Tocantins, Rondônia, Pará, Rio Grande do Norte y Bahia	104-124
<b>Médio-baixo desenvolvimento</b>	
Ceará, Pernambuco, Acre, Sergipe, Paraíba, Piauí, Maranhão e Alagoas	127-149

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de [www.iderelatam.com](http://www.iderelatam.com)

É possível observar uma clara divisão regional que reflete os indicadores desiguais de analfabetismo, já que o Sul e o Sudeste são os líderes na comparação com o Nordeste onde está em pior situação. Ainda assim, não se pode esquecer que as taxas de analfabetismo estão muito desigualmente distribuídas quando se olha com mais detalhes, como mostra o Gráfico 3.

**Gráfico 3:** Evolução da taxa de analfabetos por região – 1996-2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE, 2018; BRASIL; 2014; INEP, 1997.

Aspectos como raça ou etnia, bem como faixas etárias, não são desprezíveis quanto aos desempenhos desiguais. No caso do Brasil, a população negra e mestiça é a mais pobre e com maior incidência de analfabetismo. Além disso, o número geral de analfabetos continua muito alto: são 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais. Isso é mais do que toda a população de Portugal, quase o dobro da população do Paraguai e semelhante à população da Bolívia, só para dar alguns exemplos comparativos. Além do

número altíssimo, o Gráfico mostra uma desigualdade regional significativa, embora, no caso do Nordeste, sua taxa de analfabetismo tenha diminuído mais de 50% em duas décadas. O analfabetismo entre a população negra com mais de 15 anos caiu de 9,8% em 2016 para 9,1% em 2018, mas ainda é mais que o dobro em relação aos brancos, cuja taxa variou de 4,1% para 3,9% no mesmo período (PNAD Contínua, 2019). O analfabetismo está presente entre os maiores de 25 anos para 11,81% dos negros, sendo de 5,09% na população branca (IPEA, PNUD e Fundação João Pinheiro, 2020).

O indicador de escolaridade superior da população de 25 a 65 anos não permite uma inferência mais diretamente ligada à localização dos estados por região. De qualquer forma, o país tem um desempenho ruim em educação no contexto latino-americano. O primeiro estado com melhor desempenho no Brasil é o Distrito Federal (0,212), que ocupa a 41ª posição no IDERE LATAM, seguido pelo Rio de Janeiro (0,118), Amapá (0,102), Acre (0,089) e Roraima (0,079). Dos cinco primeiros estados, três são da região Norte. Abaixo desse grupo, o acesso ao ensino superior é realmente um fator de exclusão e apenas uma parcela muito pequena da população tem acesso na maioria de suas regiões, variando de 1% na Paraíba a 6% no Amazonas. Mais uma vez fica evidente que a região Nordeste é a mais afetada pela desigualdade.

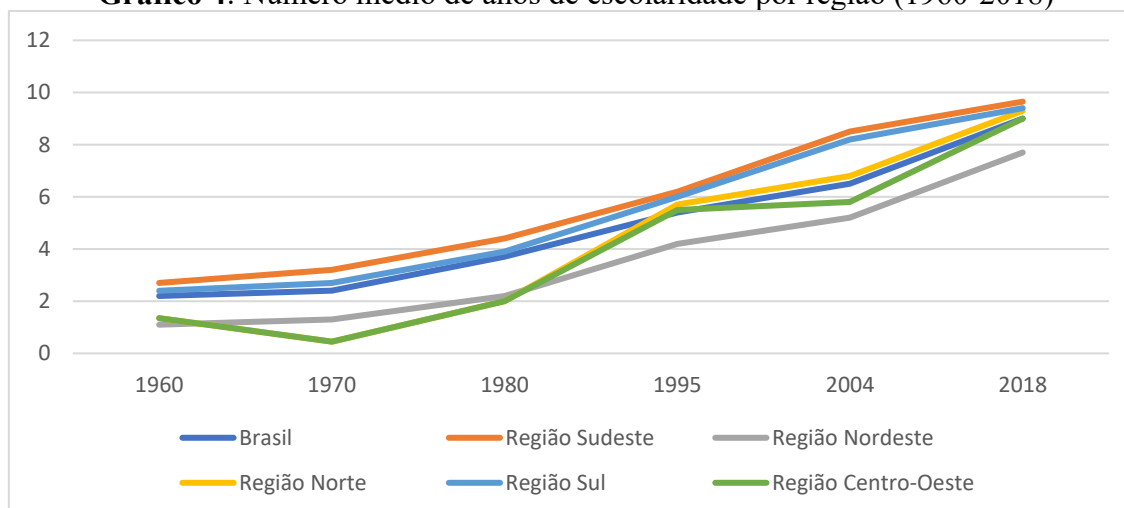
Se faz sentido que o ensino superior seja um insumo relevante para o desenvolvimento social e econômico, os indicadores dos estados nordestinos estão em situação de maior atraso. Também vale destacar que há uma grande variação no indicador: entre o Distrito Federal (0,212) e a Paraíba (0,012) há uma diferença de 17 vezes. Considerando os dados percentuais, o primeiro estado tem 12% da população e o último 2,4%, o que representa cinco vezes a diferença.

Em relação ao indicador médio de anos de estudo, os dados apresentam um panorama mais diversificado. A Figura 7 mostra essa situação em perspectiva, considerando o período entre 1960-2018. No grupo da frente – 0,60 a 0,75 – estão Distrito Federal (1º), São Paulo (2º), Rio de Janeiro (3º), Roraima (4º) e Amapá (5º). Ou seja, nessa ordem, os melhores desempenhos correspondem a um estado do Centro-Oeste, dois do Sudeste e dois do Norte. O grupo intermediário é formado por dezoito estados, igualmente de todas as regiões e sem predomínio regional claro. O grupo final - abaixo de 0,40 - é formado por quatro estados da região Nordeste. O dado promissor é a inclusão de dois estados pequenos e pobres da região Norte como primeiros, em comparação com estados mais ricos das regiões Sul e Sudeste. Embora a heterogeneidade não seja tão

grande, a diferença entre o Distrito Federal (0,746) e Alagoas (0,337) é mais do que o dobro.

A situação do indicador de matrícula no ensino inicial apresenta um quadro bastante peculiar, pois dos doze estados do grupo mais alto - igual ou superior a 0,90, - sete são da região Nordeste, nesta ordem: Ceará, Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe. Isso pode ser explicado pelo fato de a educação inicial ser ofertada pelo poder público e haver verba destinada para esse fim por meio de repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). A lógica do Fundo é alocar recursos de acordo com os números de matrículas, o que acaba incentivando esse processo, além de ser uma medida redistributiva em favor dos estados mais pobres. Esta é a conclusão de várias investigações (ARRETCHE, 2010; VAZQUEZ, 2014), destacando especialmente seus efeitos na oferta de educação no nível municipal, que é responsável pela educação básica.

**Gráfico 4:** Número médio de anos de escolaridade por região (1960-2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de: PNAD; IPEA, FJP, 2013; INEP, 2019; IBGE, 2015.

(i) Como não foram encontradas taxas separadas para as regiões Norte e Centro-Oeste nas décadas de 1960 e 1970, o indicador que abrange ambas foi dividido por dois para arbitrar um valor para cada uma.

Todos os estudos sobre o FUNDEB, cujo início, com outra denominação e abordagem, datam de 1998, concluem que ele gerou um processo de expansão massiva das matrículas na educação básica no Brasil. O grupo intermediário – de 0,79 a 0,89 – é formado por onze estados em que não é possível identificar nenhuma super-representação regional, pois seus integrantes estão distribuídos por todas as regiões. No grupo final – 0,60 a 0,79 – estão quatro estados, com destaque para o Distrito Federal, juntamente com três estados da região Norte (Acre, Amapá e Amazonas). Esse indicador possivelmente reflete a incidência da política pública, uma vez que as regiões mais pobres são, em sua



maioria, as principais beneficiárias do recebimento de transferências intergovernamentais e têm a obrigação constitucional de investir o orçamento na educação básica. No entanto, deve-se notar que esta informação se refere apenas ao acesso e não diz nada sobre a qualidade da educação.

Para fins de síntese por meio de uma análise mais sistêmica desta dimensão, algumas conclusões gerais podem ser tiradas. A primeira é que a desigualdade regional entre o Sul e o Sudeste em relação ao Nordeste é mais acentuada no caso da alfabetização e do ensino superior. A realidade muda no caso das matrículas da educação inicial e da média de anos de estudo, onde os estados do Norte e Nordeste ocupam posições de destaque. A segunda conclusão é que nenhum estado tem pontuação ruim em todos os indicadores, mas a maioria tem desempenho ruim em dois ou três dos principais indicadores. No caso, tal situação é mais característica dos estados do Nordeste (Alagoas, Maranhão, Piauí, Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte). Nessa ordem, esses nove estados estão entre os dez mais fracos em termos de indicadores educacionais, com exceção do acesso à educação básica. O terceiro aspecto é que a variação dos índices acaba sendo muito alta quando se comparam os vinte e sete estados, como já enfatizado acima.

#### *IDERE Latam em Bem-Estar e Coesão Social*

Em termos de bem-estar socioeconômico, o Brasil experimentou uma grande melhora no início dos anos 2000. O governo do presidente Lula (2003-2010) criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2004 e, a partir dele, seu programa mais conhecido: Bolsa Família. Criado pela Lei Federal 10.836/2004, esse programa baseava-se em três eixos complementares: alívio imediato da pobreza, condicionalidades - vinculadas ao acesso a direitos nas áreas de saúde, educação e assistência social - e programas complementares para superar a situação de vulnerabilidade dos as famílias beneficiárias.

Embora o Bolsa Família tenha tido grande impacto no combate à pobreza, assim como aumentos reais do salário-mínimo, que foram acompanhados no nível macroeconômico por um bom desempenho das exportações do país, os resultados relacionados às múltiplas desigualdades brasileiras não foram tão bons. Nesse sentido, os indicadores de bem-estar socioeconômico seguem um padrão bastante semelhante. Os estados das regiões Norte e Nordeste continuam apresentando níveis bem inferiores aos

existentes nas regiões Sul e Sudeste. E os estados da Região Centro-Oeste, por sua vez, apresentam resultados classificados como Médio-Alto, conforme pode ser observado no Mapa 3 e no Quadro 2 (a partir da análise estatística dos *natural breaks* nesta dimensão).

**Quadro 2:** Regiões do Brasil conforme seu desenvolvimento relativo no contexto nacional e suas posições no ranking do IDERE Latam Bem-Estar e Coesão Social

Nível de desenvolvimento no contexto nacional	Posição no ranking LATAM (max. – min.)
Alto desenvolvimento	
Santa Catarina, Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná y Mato Grosso do Sul	13-51
Médio-alto desenvolvimento	
Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo y Rio Grande do Norte	54-78
Médio desenvolvimento	
Rio de Janeiro, Rondônia e Alagoas	80-108
Médio-baixo desenvolvimento	
Pernambuco, Roraima, Tocantins, Ceará, Paraíba, Sergipe y Bahia	110-132
Baixo desenvolvimento	
Amapá, Acre, Piauí, Paraíba, Amazonas, Pará y Maranhão	133-148

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de [www.iderelatam.com](http://www.iderelatam.com)

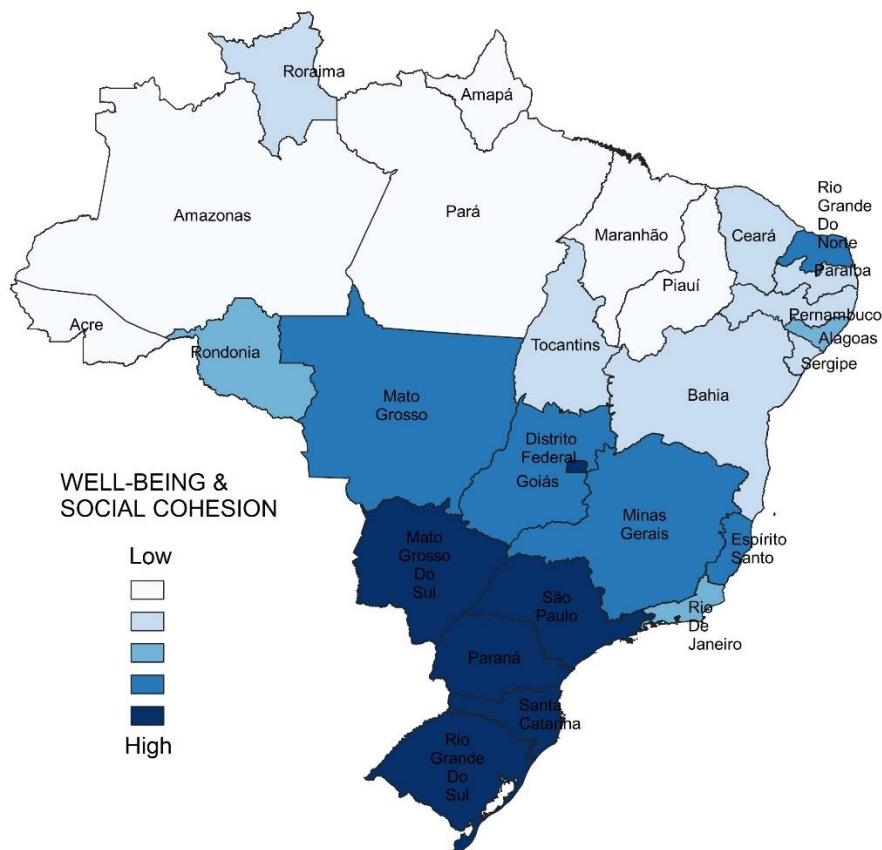
Em 2011, logo no início do governo da presidente Dilma Rousseff, foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O Plano foi dividido em três eixos com o objetivo de aumentar a renda per capita e o bem-estar das famílias.

A primeira foi a “Garantia de Renda”, cujo principal programa era o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada<sup>2</sup>. O segundo foi “Inclusão Produtiva”, dividido em Urbano e Rural. Embora os cursos de qualificação profissional, a intermediação na busca de vagas de trabalho e o incentivo ao microcrédito e à economia solidária fossem medidas pertencentes ao eixo no meio urbano, havia programas governamentais voltados à inclusão produtiva no campo, como os de assistência técnica, crédito agrícola e iniciativas de compra garantida que facilitavam a comercialização dos produtos. As famílias mais pobres e vulneráveis que se beneficiam desses programas muitas vezes coincidem com os beneficiários do Bolsa Família. O terceiro eixo era “Acesso aos serviços”: seriam oferecidas políticas públicas com foco prioritário nas famílias que constam do Cadastro

<sup>2</sup> O Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso com 65 anos ou mais ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

Único, banco de dados do governo federal onde são inseridas as informações das famílias mais vulneráveis.

**Mapa 3:** Dimensão de Bem-estar e Coesão Social do IDERE por nível de desenvolvimento no contexto do país



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de [www.iderelam.com](http://www.iderelam.com)

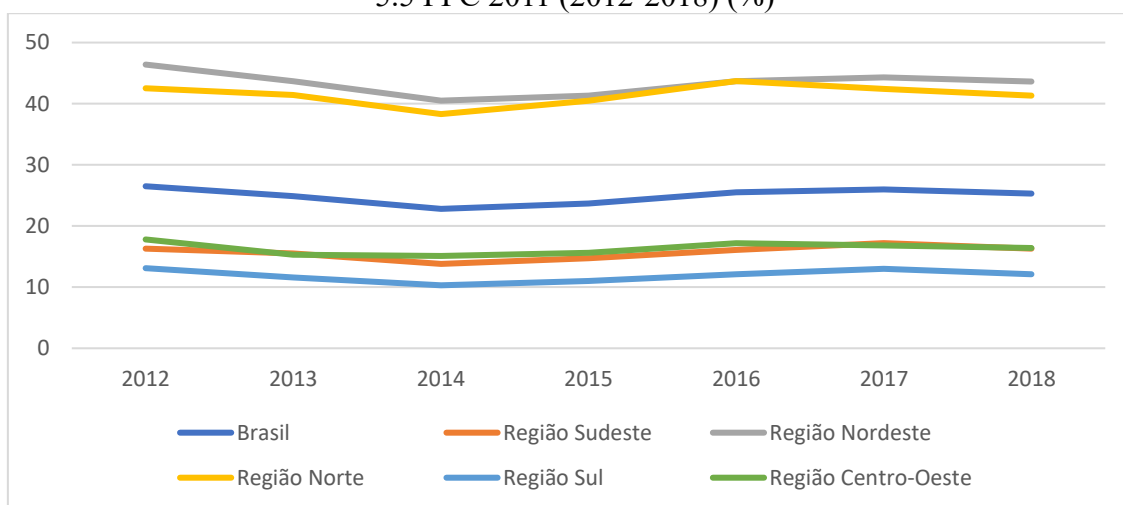
A classificação em níveis de desenvolvimento foi realizada de acordo com o método estatístico natural breaks.

Os resultados do Plano Brasil Sem Miséria foram animadores nos primeiros anos, principalmente no enfrentamento da extrema pobreza. Mas, infelizmente, o lema “Brasil - país rico é país sem pobreza”, não foi cumprido, como mostra o Gráfico 5. Fica evidente que, se considerarmos a pobreza como a menor renda real diária per capita de US\$ 5,5, houve variações muito pequenas. Em 2012, 26,5% dos brasileiros viviam nessa condição e em 2018, 25,3%. Mas o gráfico deixa claro que os resultados são muito diferentes entre as regiões. No primeiro grupo estão as regiões Nordeste e Norte.

Considerando a região Norte, há certa heterogeneidade nesse resultado, sendo que Rondônia teve melhor resultado (25,5%), seguido de Tocantins (31,5%) e Roraima (32,6%). Na Região Nordeste, todos os estados tinham mais de 40% da população com

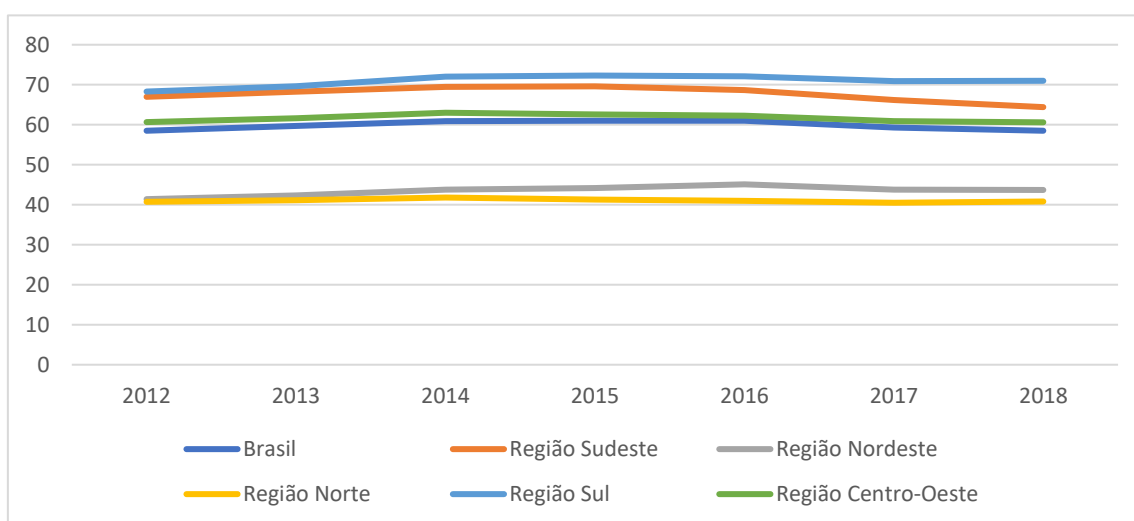
renda diária inferior a US\$ 5,5, exceto o Rio Grande do Norte (com 38%). Vale destacar também a grave situação do Maranhão, já que, de 2012 a 2018, mais da metade de sua população encontrava-se em situação de pobreza. No segundo grupo, em situação oposta, estão os estados das Regiões Sul e Sudeste, com destaque para Santa Catarina, cujo percentual caiu 10%. No terceiro grupo, encontram-se os estados do Centro-Oeste, cujos resultados em termos de pobreza foram mais homogêneos em 2018: Mato Grosso do Sul (16,5%), Mato Grosso (15,2%) e Goiás (18,4%).

**Gráfico 5:** Proporção de pessoas com efetiva renda real per capita doméstica até US\$ 5.5 PPC 2011 (2012-2018) (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE, 2018.

**Gráfico 6:** Proporção de pessoas com 14anos ou mais em ocupações formais – 2012-2018 (%)

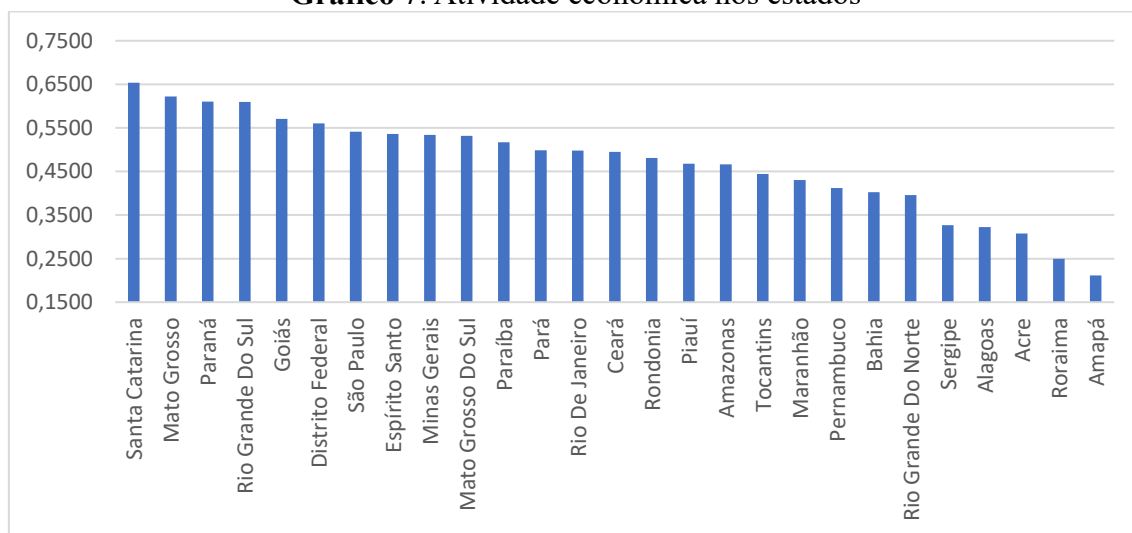


Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE, 2018.

Outra dimensão muito importante para o bem-estar é a proporção de trabalhadores em ocupações formais. Na América Latina como um todo, este é um grande desafio, e no

Brasil não é menos importante. O Gráfico 6 mostra a taxa de ocupação formal, incluindo empregados com carteira assinada, empregado doméstico com carteira assinada, militar, servidor público legal, trabalhador autônomo e empregador que contribui para a previdência social. Este Gráfico mostra uma relativa estabilidade entre 2012 e 2018. O Brasil chegou a taxas de 58,5% em 2012, a taxa apresentou uma melhora relativa nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 (61,0%) e em 2018 voltou ao patamar inicial. Mas as diferenças entre as regiões são evidentes. Em 2018, o grupo com os piores resultados estava nos estados do Norte (40,8%) e Nordeste (43,7%). No Norte, há uma grande diferença entre os resultados de Rondônia (54,1%) e do Pará (35,2%). No Nordeste, os destaques negativos são Maranhão (35,1%) e Piauí (37,6%) e os positivos para Alagoas (51,4%), Pernambuco (48,4%) e Rio Grande do Norte (48,2%). Entre as melhores regiões, é interessante notar que, em 2012, a Região Sul (68,3%) obteve os maiores percentuais de formalização, enquanto a Região Sudeste chegou a 67,0%. Em 2018, o Sul subiu para 71,0%, enquanto o Sudeste caiu para 64,4%. Já a Região Centro-Oeste apresentou um comportamento relativamente constante com percentuais de formalização em torno de 60% em todos os anos.

**Gráfico 7: Atividade econômica nos estados**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE, 2018.

Considerando as evidências apresentadas nesta seção, a situação de bem-estar é muito influenciada pelas características regionais, de modo que reflete uma dimensão de desigualdade territorial com base nos indicadores analisados. O próprio IDERE Latam deixa clara essa divisão regional ao opor os estados do Sul e Sudeste como os mais desenvolvidos e os do Norte e Nordeste como aqueles com os menores índices de bem-

estar. Também é preciso considerar que tais números não podem deixar de estar associados à dimensão econômica, pois é mais difícil existir bem-estar em regiões economicamente atrasadas (ver Gráfico 7). A disparidade no indicador de atividade econômica deve-se principalmente aos níveis de desemprego e ao tamanho do mercado. Em relação a esta última, há uma grande discrepância entre os estados que é muito desigual tendo em vista as menores taxas nos estados do Norte e Nordeste.

## CONCLUSÕES

Nesta seção final, dois tipos de comentários são relevantes. Em primeiro lugar, a vantagem do IDERE como índice multidimensional para analisar a desigualdade regional e o desenvolvimento territorial. Em segundo lugar, a situação de desigualdade regional no caso brasileiro, conforme a metodologia fornecida pelo IDERE. Em relação ao primeiro aspecto, a aplicação do IDERE Latam ao caso do Brasil mostra claramente a vantagem de compreender o desenvolvimento e as desigualdades territoriais a partir de uma perspectiva multidimensional. O fenômeno a ser observado é complexo e, embora nunca possa ser totalmente captado por um índice, a consideração de múltiplas dimensões permite encontrar explicações, respostas e novas perguntas, visando avançar na compreensão do desenvolvimento em sua dimensão regional que, ao se afastar das médias nacionais, captura as peculiaridades territoriais.

De fato, se um índice de desenvolvimento como o IDERE Latam apresenta variações importantes em seu valor global entre as regiões, pode ser porque existam diferentes fatores e condições que exigem que as características de cada região sejam consideradas. A única forma de obter pistas sobre estas diferentes condições e fatores é conseguir abrir o valor global numa multiplicidade de dimensões para explorar qual é a agenda de desenvolvimento latente em cada território. Certamente há um interesse de todas as regiões em alcançar altos níveis de desenvolvimento. No entanto, cada região terá um caminho particular a seguir, em grande parte marcado pelos desafios e oportunidades que cada dimensão do desenvolvimento apresenta para cada território.

Por outro lado, além de apontar as características de cada território, um índice como o IDERE Latam também permite visualizar dinâmicas macroespaciais que agrupam territórios e mostram comportamentos regionais que merecem atenção. Isso é claramente observado no caso brasileiro. Portanto, um índice como o IDERE Latam permite considerar a multiplicidade de cenários, em nível regional, inter-regional (ou macrorregional) e nacional.

Com relação às evidências do IDERE Brasil, considerando as duas dimensões analisadas, há achados que merecem ser destacados. A primeira é a combinação da desigualdade regional desigualdade social e econômica. Nas duas dimensões analisadas e seus indicadores expressa-se uma divisão muito nítida entre as regiões Sul e Sudeste com as regiões Norte e Nordeste. Essa realidade tem razões multidimensionais e é conhecida há muito tempo, inclusive por pesquisadores e comentaristas estrangeiros, como é o caso de Jacques Lambert, que na década de 1950 ficou famoso por seu livro “Os Dois Brasis”. Da mesma forma, a expressão “Belíndia” (Brasil como fusão da Bélgica e da Índia), popularizada pelo economista Edmar Bacha em 1974, busca captar a divisão que existe no país quando se toma como referência as diferentes realidades regionais para análise. De fato, a trajetória republicana do país desde o final do século XIX foi marcada por muita desigualdade regional que, embora tenha diminuído ao longo do tempo, ainda é uma característica muito presente.

São diversas as consequências dessa situação estrutural que se expressam nas esferas econômica, social, política e cultural. Inicialmente, conforme se analisou, para qualquer um dos indicadores econômicos utilizados, a clivagem é muito clara. O atraso histórico dificulta a superação da desigualdade regional para os estados do Norte e Nordeste. As regiões Norte e Nordeste respondem por 20% do PIB nacional, embora esta última tenha uma participação maior que a Centro-Oeste, tem uma população bem maior. De qualquer forma, a riqueza gerada é muito pouco escoada para o desenvolvimento socioeconômico e há grande concentração de renda. A pobreza atinge níveis muito elevados, assim como as taxas de analfabetismo e os anos de escolaridade.

Além dos indicadores analisados no IDERE, o desenvolvimento regional do Brasil também deve considerar dimensões adicionais. Quanto à questão territorial, seria muito importante analisar experiências de associativismo regional e fóruns de cooperação interestadual. O tema do associativismo territorial no Brasil é uma necessidade (GRIN; ABRUCIO, 2018; GRIN *et al.*, 2018; GRIN; ABRUCIO, 2017; MEZA *et al.*, 2019). O país tem 5.570 municípios e vários estados. O desafio de ajustar a autonomia subnacional, garantida com a cooperação regional, como ferramenta estratégica para potencializar o desenvolvimento regional.

A ampliação da constituição e implementação desses tipos de arranjos de cooperação e desenvolvimento territorial e regional no país é outra área em que o papel do governo federal é fundamental. Na mesma linha, é pouco provável que, na ausência

de níveis mínimos de capital social, seja possível desenhar boas políticas de desenvolvimento social. Desde o trabalho seminal de Putnam (2006), está bem estabelecida a visão de que a existência de valores cívicos e de que a participação da sociedade é um aspecto nodal para alcançar o sucesso no desenvolvimento. Quando se olha os indicadores com a existência de organizações não governamentais ou o grau de associativismo local entre os diferentes estados e regiões, essa é outra dimensão fundamental. Em suma, as políticas públicas e a articulação federal são condições necessárias, mas não suficientes para estimular o desenvolvimento regional. O segundo tema são as capacidades estatais – técnicas e políticas – dos estados, pois este panorama permite uma melhor compreensão das possibilidades e limites do desenvolvimento vinculado às políticas públicas dos governos subnacionais.

O Brasil é um país continental, portanto cada região, e cada estado, possui características próprias, o que torna a questão do desenvolvimento regional uma das mais complexas agendas de políticas governamentais. Como visto, a desigualdade regional, interestadual e inter-regional e seus efeitos no desenvolvimento humano são significativos, o que torna necessária a formulação e implementação de políticas públicas federais que considerem essa realidade.

## REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Francisco. El enfoque del desarrollo económico territorial. *In*: COSTAMAGNA, Pablo; PÉREZ ROZZI, S. **Enfoque, estrategias e información para el desarrollo territorial**: los aprendizajes desde ConectaDEL. Buenos Aires: ConectaDEL, 2015.

ALBURQUERQUE, Francisco; COSTAMAGNA, Pablo; FERRARO, Carlo. **Desarrollo económico local, descentralización y democracia**. Buenos Aires: UNSAN Edita, 2008.

AROCENA, José; MARSIGLIA, Javier. **La escena territorial del desarrollo**: actores, relatos y políticas. Montevideo: Taurus, 2018.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300003>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BECATTINI, Giacomo. **The caterpillar and the butterfly**: an exemplary case of development in the Italy of the industrial districts. Firenze: Felice Le Monnier, 2001.

BECATTINI, Giacomo. Vicisitudes y potencialidades de un concepto: el distrito industrial. **Economía Industrial**, [Madrid], n. 359, p. 21-27, 2006. Edición Especial.



BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. El nuevo debate regional. *In*: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (ed.). **Las regiones que ganan**. Valencia: Alfons el Magnámin, 1994. p. 19-37.

BOISIER, Sergio. Desarrollo regional endógeno en Chile: ¿utopía o necesidad? **Ambiente y Desarrollo**, Bogotá, v. 9, n. 2, p. 42-45, 1993.

BOISIER, Sergio. **Territorio, Estado y sociedad en Chile: la dialéctica de la descentralización: entre la geografía y la gobernabilidad**. 2007. 339 f. Thesis (Doctorado en Economía) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Alcalá, Henares, 2007. Disponível em:

<https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/2113/TESIS%20SBOISIER%20VERSION%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015**: versão preliminar. Brasília, DF, 2014. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192). Acesso em: 23 mar. 2023.

CAMAGNI, Roberto; CAPELLO, Roberta. Regional competitiveness and territorial capital: a conceptual approach and empirical evidence from the European Union.

**Regional Studies**, Londres, v. 4, n. 9, p. 1383-1402, 2013.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama del desarrollo territorial en América Latina y el Caribe, 2017**: agendas globales de desarrollo y planificación multinivel. Santiago de Chile: CEPAL, 2017.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. GERMAN AGENCY FOR TECHNICAL COOPERATION. **Desarrollo económico local y descentralización en América Latina**: análisis comparativo. Santiago de Chile:

CEPAL, 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/2691>. Acesso em: 22 mar. 2023.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Planificación para el desarrollo territorial sostenible en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2019. Disponível em:

[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44731/1/S1900439\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44731/1/S1900439_es.pdf). Acesso em: 22 mar. 2023.

COSTAMAGNA, Pablo. **Política y formación en el desarrollo territorial**: aportes al enfoque pedagógico y a la investigación acción con casos de estudio en Argentina, Perú y País Vasco. Donostia-San Sebastián: Orkestra: Instituto Vasco de Competitividad, Fundación Deusto, 2015. (Serie Desarrollo Territorial). Disponível em:

<http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/pdfs/orkestra/orkestra45.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FALLETI, Tulia G. A sequential theory of decentralization: Latin American cases in a comparative perspective. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 99, n. 3, 2005.

GRIN, Eduardo José *et. al.* O mapa regional das múltiplas desigualdades e do desenvolvimento humano no Brasil. Direitos humanos e desigualdade no Brasil.

**Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 99-122, jul. 2021. Disponível em:

[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/b1\\_-\\_d521976c-0e1d-2ab6-d285-cacde252c490.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/b1_-_d521976c-0e1d-2ab6-d285-cacde252c490.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. La cooperación intermunicipal en Brasil frente al espejo de la historia: antecedentes críticos y la dependencia de la trayectoria después de la creación de la Ley de los Consorcios Públicos. **Revista Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p. 1- 27, 2017.

GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. Las capacidades estatales de los municipios brasileños en un contexto de descentralización de políticas. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, v. 70, p. 93-126, 2018.

GRIN, Eduardo José; NASCIMENTO, A. B; ABRUCIO, Fernando Luiz; FERNANDES, Antônio Sérgio. Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 76, p. 312-336, 2018.

<https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75417>

HAYNES, J. **Development Studies**. Cambridge: Polity, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?edicao=21073&t=sobre>. Acesso em:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Estudos e pesquisa. Informação demográfica e socioeconômica, n. 39).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (Estudos e pesquisa. Informação demográfica e socioeconômica, n. 35).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: INEP, 1997. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/mapa-do-analfabetismo-no-brasil>. Acesso em: 23 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico**: censo da educação básica 2018. Brasília: INEP, 2019. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2018.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2018.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

MEZA, Oliver D.; GRIN, Eduardo José; FERNANDES, Antônio Sérgio; ABRUCIO, Fernando Luiz. Intermunicipal Cooperation in Metropolitan Regions in Brazil and Mexico: Does Federalism Matter? **Urban Affairs Review**, Thousands Oaks, v. 55, n. 3, p. 887-922, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1078087418816433>. Acesso em: 23 mar. 2023.

NIJKAMP, P. The “resourceful region”. A new conceptualisation of regional development strategies. **Journal of Regional Research**, v. 36, p. 191-214, 2016.

NUSSBAUM, Martha C. Capabilities as fundamental entitlements: sen and social justice. **Feminist Economics**, Houston, v. 9, n. 2-3, p. 33-59, 2003.

- NUSSBAUM, Martha C. **Frontiers of justice: disability, nationality, species membership.** Cambridge: Belknap of Harvard University Press, 2006.
- NUSSBAUM, Martha C. **Women and human development: the capabilities approach.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- PIKE Andy; RODRIGUEZ-POSE, Andres; TOMANEY, John. Local and regional development: reflections and futures. *In*: PIKE Andy; RODRIGUEZ-POSE, Andres; TOMANEY, John (ed.). **Handbook of Local and Regional Development.** Abingdon: Routledge, 2011. p. 618-630.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília: PNUD; Rio de Janeiro: IPEA; Belo Horizonte: FJP, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/#home>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RODDEN, Jonathan. Comparative federalism and decentralization: one meaning and measurement. **Comparative Politics**, New York, v. 36, n. 4, p. 481-500, 2004.
- RODRÍGUEZ MIRANDA, Adrián; VIAL COSSANI, Camilo (ed.). **Índice de Desarrollo Regional Chile – Uruguay: una propuesta para medir el desarrollo regional en América Latina.** Santiago de Chile: Universidad Autónoma de Chile; Montevideo: Universidad de la República (Uruguay), 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Avany/Downloads/IDERE%202018%20Final%20\(web\).pdf](file:///C:/Users/Avany/Downloads/IDERE%202018%20Final%20(web).pdf). Acesso em: 24 mar. 2023.
- RODRÍGUEZ MIRANDA, Adrián; VIAL COSSANI, Camilo (ed.). **Medición y agenda para el desarrollo territorial en América Latina: el índice de desarrollo regional LATAM.** Santiago de Chile: Universidad Autónoma de Chile; Montevideo: Universidad de la República (Uruguay), 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32457/UA.84>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- RODRÍGUEZ MIRANDA, Adrián; VIAL COSSANI, Camilo; PARRAO, Alejandra. Índice Compuesto y Multidimensional de Desarrollo Regional: una propuesta para América Latina. **Revista Iberoamericana de Estudios Municipales**, Santiago de Chile, v. 12, n.23, p.1-30, 2021.
- SAXENIAN, Annalee. **Regional Advantage: culture and competition in Silicon Valley and Route 128.** Cambridge, Harvard University Press, 1994.
- SEN, Amartya. **Commodities and capabilities.** Amsterdam: Elsevier, 1985.
- SEN, Amartya. **Desarrollo y libertad.** Madrid: Editorial Planeta, 1999.
- VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno.** Madrid: Pirámide, 1999.
- VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Las Nuevas Fuerzas del Desarrollo.** Madrid: Antoni Bosch, 2005.
- VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio; RODRÍGUEZ COHARD, JC. Local development in a global world: challenges and opportunities. **Regional Science Policy Practice**,

New Jersey, v. 11, p. 885-897, 2019. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1111/rsp3.12164>. Acesso em:

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio; RODRÍGUEZ COHARD, Juan Carlos.  
**Globalización y desarrollo de los territorios**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2020.

VAZQUEZ, Daniel Arias. Mecanismos institucionais de regulação federal e seus resultados nas políticas de educação e saúde. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 969-1005, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201430>. Acesso em:

VIAL COSSANI, M. Camilo (ed.). **Índice de Desarrollo Regional IDERE 2016**. Santiago: RIL, 2016.

VIAL COSSANI, M. Camilo (ed.). **Índice de desarrollo regional IDERE 2017**. Santiago: RIL, 2017.

VIAL COSSANI, M. Camilo (ed.). **Índice de desarrollo regional IDERE 2019**. Santiago: RIL, 2019.